



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SOCIAL**

**ELIZEU DA SILVA SANTOS**

**REDE DE COMERCIALIZAÇÃO CASA DE FARINHA SUSTENTÁVEL**  
**EM JAGUARIBE/BA**

Salvador

2025

**ELIZEU DA SILVA SANTOS**

**REDE DE COMERCIALIZAÇÃO CASA DE FARINHA SUSTENTÁVEL  
EM JAGUARIBE/BA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para exame de qualificação do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ladeira.

Coorientador: Prof. Dr. Jorge Emanuel Reis Cajazeiras.

Salvador

2025

## 1 INTRODUÇÃO

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) se configura como um dos alimentos mais emblemáticos da história do Brasil, com raízes profundas que precedem a chegada dos europeus e perpassam todos os períodos da formação social, econômica e cultural da nação. A trajetória da mandioca no Brasil encontra-se intrinsecamente ligada à história dos povos indígenas, à colonização portuguesa, à economia colonial, à resistência cultural e à alimentação popular. "Na verdade, a cultura de plantas alimentares indígenas, como a mandioca, o milho e outros gêneros, parece ter oferecido aos colonos portugueses os meios de subsistência de que necessitavam nos primeiros tempos" (HOLANDA, 1995, p. 54).

### **Origem e Protagonismo Indígena**

Milênios antes da colonização, a mandioca era cultivada e consumida pelos povos originários do Brasil. Esses desenvolveram sofisticadas técnicas de manejo sustentável e diversificado, além de métodos de processamento que resultavam em produtos como farinha, beiju e a fermentada cauim. A própria nomenclatura "manioca" deriva da língua tupi-guarani, ecoando a lenda de Mani, um mito fundador que atesta a centralidade da planta em sua cosmovisão. O sistema agrícola indígena, caracterizado pela coivara e pela rica variedade de cultivos, estabeleceu a mandioca como a base da dieta e da cultura alimentar em vastas regiões do território. "A mandioca era, sem dúvida, a planta cultivada mais importante para a maioria das tribos das terras baixas da América do Sul" (MÉTRAUX, 1948, p. 31).

### **Colonização, Adaptação e o "Ciclo da Mandioca"**

Com a chegada dos portugueses, a mandioca foi prontamente incorporada à alimentação dos colonizadores e dos africanos escravizados, impulsionada por sua notável adaptabilidade a diferentes tipos de solo, sua resiliência em terrenos menos férteis e a conveniência de poder permanecer no solo por longos períodos sem deteriorar-se. O Brasil vivenciou um verdadeiro "ciclo da mandioca" entre 1590 e 1630. Nesse período crucial, a raiz não apenas sustentou a fixação dos colonos e o abastecimento de centros urbanos e tropas, mas também desempenhou um papel fundamental no complexo sistema econômico colonial, suprindo os engenhos de açúcar e, inclusive, sendo exportada para Angola, sustentando o nefasto tráfico atlântico de escravizados. Essa importância multifacetada da mandioca no período colonial é concisamente expressa por Alencastro: "A mandioca, portanto, não foi apenas um alimento de subsistência,

mas também um elemento articulador de circuitos econômicos e sociais na América portuguesa" (ALENCASTRO, 2000, p. 105).

A farinha de mandioca, apelidada de "farinha de guerra", adquiriu tamanha importância que servia como moeda de troca e garantia de sobrevivência em expedições e conflitos. Autores renomados como Alcântara Machado e Câmara Cascudo enfatizam que a mandioca se constituiu no "pão do Brasil", suplantando o trigo e firmando-se como um símbolo primordial da identidade nacional. Essa centralidade da farinha de mandioca na vida colonial é bem ilustrada por Câmara Cascudo: "A farinha de mandioca foi, sem contestação, o alimento básico do Brasil durante séculos, presente em todas as mesas, de todas as condições sociais, nas cidades e nos campos" (CASCUDO, 1967, p. 62). De forma complementar, Alcântara Machado, ao descrever a vida paulista, reforça essa importância: "O hábito de consumir a farinha de mandioca, presente nas refeições diárias, desde o amanhecer até o anoitecer, era um traço marcante da nossa gente" (MACHADO, 1935, p. 47).

### **Expansão Territorial e Diversidade Regional**

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, cronistas e viajantes como Gaspar Barléu, Saint-Hilaire e Maria Graham registraram a onipresença da mandioca em todo o território brasileiro, desde o Nordeste até o Sul. Ela era consumida por indígenas, colonos, africanos escravizados e os fluxos migratórios posteriores. No século XIX, mesmo com a introdução de novas culturas agrícolas, a mandioca manteve seu protagonismo, especialmente entre os pequenos agricultores e as populações rurais. No Sudeste, por exemplo, a mandioca era um elemento central na alimentação dos camponeses paulistas, embora seu cultivo tenha declinado no século XX em face da modernização agrícola e da crescente urbanização. Essa ampla distribuição e consumo da mandioca são atestadas nas narrativas da época, como a de Saint-Hilaire: "Em todas as províncias do Brasil que visitei, encontrei o cultivo da mandioca difundido e seu uso como alimento essencial para todas as classes da população" (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 71). De forma similar, Maria Graham observou: "O grande artigo de comida aqui é a farinha de mandioca [...] e nenhuma refeição é completa sem ela" (GRAHAM, 2018).

### **Importância Sociocultural e Econômica**

A mandioca transcende sua função alimentar, erigindo-se como um símbolo de resistência, notável capacidade de adaptação e da inventividade do povo brasileiro. Além de desempenhar um papel crucial no combate à fome e na geração de renda para milhões de pequenos agricultores, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, ela serve como base para uma vasta gama de pratos típicos e rituais culturais, com mais de quinze subprodutos reconhecidos. Sua relevância ultrapassa a esfera da nutrição, marcando presença em festas, mitos e práticas cotidianas. Essa multifacetada importância da mandioca é bem sintetizada por Carlos Alberto Dória: "A mandioca, mais do que um mero ingrediente, constitui um elemento estruturante da cultura alimentar brasileira, carregando consigo histórias de resistência e de profunda identidade regional" (DÓRIA, 2014, p. 67).

### **Contexto Histórico e Cultura da Mandioca em Jaguaripe e na Bahia**

A mandioca (*Manihot esculenta*) ocupa um lugar central na história alimentar, econômica e cultural da Bahia e, particularmente, do Recôncavo baiano e do município de Jaguaripe. Antes mesmo da chegada dos portugueses, os povos indígenas que habitavam a região já cultivavam a mandioca, desenvolvendo técnicas sofisticadas de manejo e processamento, como a produção de farinha, cauim e beiju. Essas práticas foram, em grande medida, absorvidas e adaptadas pelos colonizadores e pelos africanos escravizados. Essa profunda ligação da mandioca com a história e a cultura da Bahia é destacada por Câmara Cascudo: "Na Bahia, a mandioca não é apenas um cultivo, é uma tradição enraizada, um elo entre o passado indígena, a colonização e a identidade do povo baiano" (CASCUDO, 1967, p. 112).

### **Jaguaripe: Raízes Históricas e a Centralidade da Mandioca**

Fundada no contexto da expansão colonial portuguesa no Recôncavo, Jaguaripe destacou-se desde o século XVII pela produção de alimentos, com ênfase na farinha de mandioca, hortaliças e madeiras. A região emergiu como um dos polos pioneiros na organização de freguesias e vilas, consolidando-se como um importante centro produtor agrícola. A mandioca e sua farinha constituíram a base alimentar e uma mercadoria fundamental tanto para a subsistência local quanto para o abastecimento de Salvador e de outros núcleos urbanos. A cultura da mandioca em Jaguaripe e nas áreas circundantes era praticada em diversas escalas, desde pequenas propriedades até áreas maiores, mas sempre com uma forte presença da agricultura familiar, mobilizando mão de obra local e, historicamente, a de africanos

escravizados. A farinha de mandioca, com sua durabilidade e alto valor energético, era essencial para sustentar expedições, tropas e as populações rurais e urbanas. Essa importância da mandioca na dinâmica econômica e social de regiões como Jaguaripe é ressaltada por Alencastro: "Em áreas como o Recôncavo baiano, a produção de farinha de mandioca articulava um mercado interno robusto, essencial para a manutenção da colônia e para o abastecimento de centros como Salvador" (ALENCASTRO, 2000, p. 138).

### **Importância Socioeconômica e Cultural na Bahia**

Na Bahia, dados do IBGE (2006a) revelam que aproximadamente 79% da área colhida de mandioca está concentrada em propriedades com até 50 hectares, o que sublinha o papel crucial dessa cultura na agricultura familiar e na geração de renda e emprego em todo o estado.

A mandioca tem sido e continua a ser uma alternativa econômica vital para pequenos produtores, especialmente em contextos de descapitalização e acesso limitado a crédito agrícola (CUENCA, 1997; 1998; 2000).

No Recôncavo, a mandioca desempenhou um papel fundamental na dieta das populações indígenas, africanas e europeias, tornando-se um símbolo distintivo da culinária baiana e da identidade regional. O processamento tradicional da mandioca em casas de farinha, um processo que frequentemente envolve toda a comunidade, configura-se também como um espaço privilegiado para a transmissão de saberes ancestrais, práticas tradicionais e celebrações culturais. Essa centralidade da mandioca na cultura e na identidade do Recôncavo é bem capturada por Dória: "No Recôncavo baiano, a mandioca não é apenas um alimento, mas um marcador de identidade cultural, presente nos saberes transmitidos nas casas de farinha e nos pratos que definem a cozinha regional" (DÓRIA, 2014, p. 89).

### **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

A mandioca constitui-se como um dos alimentos de maior relevância histórica, social e nutricional para o Recôncavo Baiano, sendo reconhecida como um símbolo de resiliência alimentar e cultural dos povos tradicionais da região (Carneiro, 2007; Alves & Rosa, 2012). As casas de farinha, enquanto espaços comunitários destinados ao beneficiamento artesanal da mandioca, ultrapassam sua função produtiva para assumirem um papel central na preservação

dos saberes populares, na promoção de relações solidárias e na manutenção de modos de vida sustentáveis, fundamentados na agricultura familiar (Nascimento & Lima, 2015).

Diante do agravamento da insegurança alimentar e nutricional (SAN) no Brasil, que acomete mais de 33 milhões de pessoas em situação de fome (FAO, 2023), e da crescente fragilização dos sistemas alimentares locais devido à expansão de modelos agroindustriais excludentes (Altieri & Toledo, 2011), torna-se imperativa a valorização das práticas socioprodutivas ancestrais que garantem o acesso a alimentos saudáveis, culturalmente adequados e produzidos de forma ambientalmente sustentável (Gonzalez & Andrade, 2019).

Nesse contexto, as casas de farinha emergem como estratégias fundamentais para o fortalecimento da SAN em territórios vulnerabilizados, ao integrar dimensões essenciais como a disponibilidade local de alimentos, o acesso comunitário a produtos tradicionais, o uso apropriado dos alimentos segundo saberes culturais e a estabilidade das cadeias produtivas regionais (IBASE, 2018). Iniciativas como a Rede de Comercialização Casa de Farinha Sustentável mostram-se particularmente relevantes, dada sua capacidade de articular tecnologias sociais, princípios da agroecologia, cultura alimentar e geração de renda, promovendo o desenvolvimento territorial e contribuindo para a soberania alimentar de comunidades rurais (Altieri & Nicholls, 2020; Mendes & Silva, 2021).

Assim, reconhecer e fortalecer as casas de farinha e suas redes comerciais significa investir em modelos de segurança alimentar alinhados à justiça social, à preservação cultural e à sustentabilidade ambiental, consolidando alternativas viáveis diante dos desafios globais da alimentação, da saúde e do desenvolvimento rural.

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

O projeto "Rede de Comercialização de Casa de Farinha Sustentável" em Jaguaripe/BA emerge como uma resposta aos desafios socioeconômicos e ambientais urgentes enfrentados pelos produtores rurais da região. Esses produtores frequentemente se deparam com acesso limitado aos mercados, dependência de métodos de produção insustentáveis e escassez de oportunidades econômicas, fatores que contribuem para a persistência da pobreza rural e a migração. Fundamentado em um diagnóstico abrangente dessas problemáticas e orientado por referenciais teóricos sobre desenvolvimento sustentável, agroecologia e inclusão social, o projeto se alinha de forma estratégica com estruturas institucionais relevantes, notadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

A seguir, apresento uma análise técnica detalhada dos ODS que se vinculam de maneira direta e significativa ao projeto "Rede de Comercialização Casa de Farinha Sustentável", acompanhada dos critérios que justificam essa seleção:

#### Alinhamento e Justificativa dos ODS

##### ODS 1: Erradicação da Pobreza

- Relevância: O projeto cria mais de 10.000 empregos diretos e indiretos, principalmente em áreas rurais com altos índices de pobreza. A capacitação de pequenos agricultores e trabalhadores melhora a renda familiar.

- Justificativa: Ao fornecer oportunidades de geração de renda, o projeto reduz a pobreza, alinhando-se à Meta 1.2, que visa reduzir a pobreza em todas as suas formas em pelo menos metade.

##### ODS 2: Fome Zero

- Relevância: Apoiar a agricultura familiar e aumentar a disponibilidade de alimentos básicos. Garantir acesso a alimentos seguros e nutritivos para grupos vulneráveis.

- Justificativa: Promover práticas agrícolas sustentáveis está diretamente relacionado à Meta 2.3, que busca dobrar a produtividade e a renda de pequenos produtores.

##### ODS 5: Igualdade de Gênero

- Relevância: O projeto foca na inclusão e empoderamento econômico das mulheres, promovendo sua autonomia através do fortalecimento das atividades produtivas.

- Justificativa: Isso é crucial em um contexto onde as mulheres enfrentam desigualdades no acesso a recursos e oportunidades no setor agrícola.

##### ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

- Relevância: Promove economias locais sustentáveis, criando empregos decentes e focando no desenvolvimento de habilidades e treinamento.

- Justificativa: Alinha-se com a Meta 8.3, que promove atividades produtivas e criação de empregos decentes, especialmente em áreas carentes.

##### ODS 10: Redução das Desigualdades



- Relevância: Aborda disparidades entre populações urbanas e rurais ao fornecer emprego em áreas rurais, promovendo inclusão social.

- Justificativa: Contribui para a Meta 10.2, que visa empoderar e promover a inclusão social e econômica independentemente da localização ou status.

#### ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis

- Relevância: Reduz a migração rural-urbana ao criar meios de subsistência sustentáveis em áreas rurais.

- Justificativa: Apoia comunidades rurais sustentáveis, alinhando-se à Meta 11.a ao aumentar as ligações positivas entre áreas urbanas e rurais.

#### ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis

- Relevância: Incentiva práticas de produção sustentáveis, como eficiência energética e redução de resíduos.

- Justificativa: Apoia a Meta 12.2 ao garantir o gerenciamento sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

#### ODS 13: Ação Climática

- Relevância: Utiliza energia renovável (como energia solar) e métodos agrícolas sustentáveis para minimizar a pegada de carbono da produção.

- Justificativa: Essas ações se alinham com a Meta 13.2, que integra medidas de mudança climática em políticas nacionais.

#### ODS 15: Vida na Terra

- Relevância: Foca no gerenciamento responsável da terra e na conservação da biodiversidade.

- Justificativa: Alinha-se com a Meta 15.3, que promove o uso sustentável da terra e combate à desertificação.

#### ODS 17: Parcerias para os Objetivos

- Relevância: Envolve várias partes interessadas (governos locais, OSC's) para aumentar o impacto do projeto.

- Justificativa: A construção de parcerias inclusivas se alinha com a Meta 17.16, que enfatiza a colaboração para o desenvolvimento sustentável.

## **1.2 OBJETIVOS**

Para responder ao problema de pesquisa foram formulados o objetivo geral e os específicos, conforme se segue.

### **1.2.1 Objetivo Geral:**

Analisar a viabilidade e propor um modelo de Rede de Comercialização Casa de Farinha Sustentável no município de Jaguaripe/BA, focado na otimização da produção artesanal de derivados da mandioca por meio da implementação de tecnologias sociais sustentáveis, visando a inclusão social, a geração de emprego e renda para pequenos produtores rurais, a preservação ambiental e a construção de um sistema agroindustrial replicável e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

#### **Objetivos Específicos:**

1. Diagnosticar o cenário atual da produção e comercialização de derivados da mandioca;
2. Propor e desenvolver tecnologias sociais sustentáveis;
3. Estruturar uma rede de comercialização sustentável;
4. Avaliar os potenciais impactos socioeconômicos e ambientais.

## **1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO**

O projeto Rede de Comercialização Casa de Farinha Sustentável se insere em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica nas comunidades rurais de Jaguaripe, Bahia. Essas comunidades enfrentam desafios significativos, como o acesso limitado a mercados, a dependência de métodos de produção insustentáveis e a falta de oportunidades econômicas. Esses fatores contribuem para a pobreza rural e o êxodo populacional, resultando na migração de jovens em busca de melhores condições de vida nas áreas urbanas. A situação é agravada pela degradação ambiental, que compromete a produção agrícola e a segurança alimentar.

## Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é um conceito que busca atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. Este conceito é amplamente discutido na literatura e é um dos pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O projeto se alinha a esse conceito ao promover práticas que integram aspectos sociais, econômicos e ambientais, visando a melhoria das condições de vida das comunidades rurais em Jaguaripe.

## Agroecologia

A agroecologia emerge como um campo de conhecimento transdisciplinar que integra princípios ecológicos, sociais, econômicos e éticos para o desenho e manejo de sistemas agroalimentares sustentáveis. Diferentemente de uma mera substituição de insumos convencionais por orgânicos, a agroecologia propõe uma transformação profunda na maneira como entendemos e praticamos a agricultura, buscando otimizar as interações ecológicas dentro dos agroecossistemas, de forma análoga ao funcionamento dos ecossistemas naturais.

**Miguel Altieri**, um dos pioneiros e mais influentes autores no campo, define a agroecologia como a aplicação de princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Em suas obras seminais, como "Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa" (1989), Altieri enfatiza a necessidade de diversificação dos sistemas produtivos, o manejo da matéria orgânica do solo, a promoção da biodiversidade funcional para o controle biológico de pragas e doenças, e a integração entre diferentes componentes do agroecossistema (plantas, animais, solo, água). Sua abordagem ressalta a importância de imitar os processos ecológicos naturais para aumentar a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas.

**Stephen Gliessman**, outro autor fundamental, expande essa visão em sua obra "Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável" (2000). Gliessman concebe a agroecologia como um enfoque que vai além das práticas agrícolas, englobando as dimensões sociais, culturais e econômicas da produção de alimentos. Ele destaca a importância do conhecimento local e tradicional dos agricultores, a necessidade de sistemas participativos de pesquisa e desenvolvimento, e a construção de sistemas alimentares justos e equitativos que conectem produtores e consumidores de forma mais direta. Para Gliessman, a transição

agroecológica envolve um processo de aprendizado mútuo e de co-construção de conhecimento entre cientistas, agricultores e outros atores sociais.

Autores contemporâneos, como **Francisco Caporal e Cirilo Costabeber**, em diversos trabalhos, reforçam a agroecologia como uma ciência para apoiar a transição de modelos de agricultura convencionais para sistemas mais sustentáveis. Eles enfatizam a complexidade dos agroecossistemas e a necessidade de uma abordagem sistêmica que considere as interações entre os diferentes componentes e as múltiplas funções da agricultura, que vão além da produção de alimentos, abrangendo a conservação ambiental, a manutenção da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos. Caporal e Costabeber também sublinham a dimensão política da agroecologia, como um movimento social em defesa da soberania alimentar e da justiça ambiental.

Nessa mesma linha, **Gustavo Guzmán Casado, Miguel González de Molina e Eduardo Sevilla Guzmán** defendem a agroecologia como um enfoque de desenvolvimento rural sustentável, que integra a dimensão ecológica com as dimensões social, econômica e política. Em suas obras, eles analisam criticamente o modelo agroindustrial dominante e propõem a agroecologia como uma alternativa capaz de promover a segurança alimentar, a proteção ambiental e a inclusão social no meio rural. Esses autores destacam o papel da agroecologia na revitalização das economias locais, na valorização dos saberes camponeses e na construção de relações de poder mais equitativas no sistema agroalimentar.

A agroecologia se consolida como uma ciência dinâmica e multifacetada, que oferece um arcabouço teórico e metodológico para a construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, resilientes e justos. Ao integrar princípios ecológicos com as dimensões sociais, econômicas e políticas, e ao valorizar o conhecimento científico e tradicional, a agroecologia se apresenta como um caminho promissor para enfrentar os desafios da segurança alimentar, das mudanças climáticas e da degradação ambiental no século XXI, conforme defendem consistentemente seus principais expoentes contemporâneos.

### Empoderamento Econômico Rural

O empoderamento econômico rural refere-se ao processo pelo qual os indivíduos e comunidades ganham controle sobre seus recursos econômicos e decisões. O projeto visa

capacitar pequenos produtores rurais por meio de treinamentos e acesso a tecnologias modernas, promovendo sua autonomia e fortalecendo suas capacidades produtivas. Essa abordagem é fundamental para garantir que os benefícios econômicos gerados pela rede sejam distribuídos de forma equitativa entre os membros da comunidade.

### Inclusão Social

A inclusão social é um princípio que busca garantir que todos os indivíduos tenham igualdade de oportunidades para participar plenamente da sociedade. No contexto do projeto, isso significa assegurar que grupos marginalizados, como mulheres e comunidades indígenas, tenham acesso às oportunidades geradas pela rede de comercialização. A inclusão social é essencial para reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.

A farinha de mandioca é um alimento fundamental na nossa cultura, com inúmeras variações e modos de preparo. Pensando na produção atual e artesanal aqui na nossa Bahia e no Brasil afora, o processo geralmente segue estes passos com algumas nuances regionais:

#### Técnicas Atuais Comuns no Plantio de Mandioca em Jaguaripe:

##### Preparo do Solo

**Roçagem e Limpeza:** A área a ser plantada é geralmente roçada para remover a vegetação existente. Em alguns casos, pode ocorrer uma queima controlada da biomassa, embora práticas mais sustentáveis estejam sendo incentivadas.

**Araçagem e Gradeação:** O solo é frequentemente arado e gradeado para melhorar a estrutura, aeração e facilitar o plantio. A profundidade do preparo pode variar.

**Preparo em Camalhões ou Leirões:** Em áreas mais úmidas ou sujeitas a encharcamento, é comum o preparo do solo em camalhões (montículos) ou leirões para garantir uma melhor drenagem e evitar o contato direto das manivas com o excesso de água.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 Fundamentos teóricos

A Rede de Comercialização Casa de Farinha Sustentável em Jaguaripe/BA é fundamentada em importantes estruturas teóricas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, agroecologia, empoderamento econômico rural e inclusão social. Com base no Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen, o projeto vê as oportunidades econômicas e a inclusão social como liberdades fundamentais necessárias para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ele também se alinha aos princípios da agroecologia, enfatizando práticas agrícolas ambientalmente corretas e a participação da comunidade como caminhos para a resiliência e a sustentabilidade.

O projeto incorpora estruturas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, particularmente o Objetivo 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o Objetivo 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Além disso, marcos regulatórios brasileiros, como a Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) e diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), são integrados para garantir a conformidade legal e a qualidade do produto. Esses marcos fornecem uma base para o design, implementação e governança de Casade farinha sustentáveis.

### 2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

**O projeto Rede de Comercialização Casa de Farinha Sustentável, implantado em Jaguaripe/BA, é estruturado com base em seis pilares teóricos e metodológicos interconectados.**

#### 1. Gestão Social e Ação Coletiva

Inspirado nas teorias de Paulo Freire (1963) e Jürgen Habermas (2003), o projeto adota uma abordagem de governança compartilhada, promovendo participação ativa e corresponsabilidade entre produtores, cooperativas e lideranças locais. A gestão social favorece a tomada de decisões coletivas, fortalecendo a coesão comunitária e

assegurando a sustentabilidade a longo prazo das casas de farinha por meio da apropriação e do engajamento local.

## 2. **Desenvolvimento Territorial**

A partir das concepções de Milton Santos (1996) e Jan Douwe van der Ploeg (2008), o projeto entende o território como espaço vivo e dinâmico, com potencial para gerar soluções sustentáveis. Valorizando saberes locais associados ao cultivo e processamento da mandioca, a proposta integra inovações como fornos solares, reuso de água e produção de bioinsumos, contribuindo para a equidade social, dinamização econômica e coesão territorial.

## 3. **Desenvolvimento Sustentável**

O projeto está alinhado aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da ONU, com ênfase no ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 12 (consumo e produção responsáveis). Inspirado em Amartya Sen (2010), promove a expansão das capacidades dos produtores rurais, fortalecendo sua autonomia econômica, social e ambiental por meio do acesso a tecnologias, mercados e capacitação.

## 4. **Agroecologia e Preservação Ambiental**

Com base na agroecologia de Altieri (1987), adota práticas que integram conservação ambiental e produção agrícola. Isso inclui energia solar, coleta de água da chuva e bioinsumos derivados da mandioca, promovendo a resiliência climática e a sustentabilidade dos territórios rurais. A agroecologia, assim, é tratada como fundamento técnico e ético para o equilíbrio entre produção e meio ambiente.

## 5. **Desenvolvimento de Tecnologia de Gestão Social (SMT)**

A proposta desenvolve um modelo replicável de produção e comercialização sustentável de mandioca, incorporando:

- **Inovação tecnológica**, com fornos solares e sistemas hídricos;
- **Capacitação de produtores**, com foco em práticas sustentáveis e estratégias de mercado;
- **Integração com o mercado**, criando redes de escoamento da produção;

- **Governança participativa**, com conselhos e cooperativas locais para gestão autônoma. O SMT funciona como ferramenta flexível e adaptável a diferentes territórios, conectando desafios sociais, ambientais e econômicos.

#### 1. **Perspectivas Analíticas**

A análise do projeto é multidimensional:

- **Econômica**, avaliando viabilidade de mercado e competitividade dos derivados da mandioca;
- **Social**, examinando impactos em emprego, renda e bem-estar comunitário;
- **Ambiental**, medindo redução de emissões e impactos ecológicos associados às práticas adotadas.

#### **Base Teórica e Metodológica**

O arcabouço teórico-metodológico está sistematizado nas seguintes subseções:

- **2.1 Gestão social e ação coletiva**: abordagem dialógica e participativa para decisões comunitárias.
- **2.2 Desenvolvimento territorial**: integração de recursos e saberes locais para promover justiça social e produtiva.
- **2.3 Desenvolvimento sustentável**: fundamentado em Sen (2010), com foco na expansão de capacidades humanas.
- **2.4 Agroecologia e sustentabilidade ambiental**: diretrizes ecológicas para produção e transformação agroindustrial.
- **2.5 Estruturas legais e institucionais**: amparo na Lei nº 11.326/2006 e nas normativas da ANVISA, garantindo segurança jurídica.
- **2.6 Abordagem metodológica**: inclui pesquisa participativa, análise qualitativa e testes-piloto das casas de farinha sustentáveis, combinando rigor científico e compromisso social.



## REFERÊNCIAS

1. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
2. MÉTRAUX, Alfred. **Religiões e magias indígenas da América do Sul**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (Tradução de Lucy Garcia Sandoval e revisão de Estevão Pinto).
3. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil, 1500-1820**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
4. CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
5. MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Martins Editora, 1935.
6. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
7. GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Cheiro de Livro, 2018.
8. DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da Culinária Brasileira: Notas sobre a cozinha do Brasil-Colônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
9. CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
10. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil, 1500-1820**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
11. DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da Culinária Brasileira: Notas sobre a cozinha do Brasil-Colônia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
12. FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
13. NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombo da Palavra: Uma Antologia (1978-1995)**. São Paulo: Editora 34, 2019.
14. DOWBOR, Ladislau. **A nova economia**. São Paulo: Editora Gente, 2010. - Este livro discute a necessidade de uma nova abordagem econômica que priorize a inclusão social e a sustentabilidade.
15. PLOEG, Jan Douwe van der. **The New Peasantries: Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Globalization**. London: Earthscan, 2008. - A obra aborda a luta

dos pequenos agricultores por autonomia e sustentabilidade, relevante para o contexto do projeto.

16. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. - Este livro oferece uma análise sobre o desenvolvimento territorial e suas implicações sociais e econômicas.
17. HABERMAS, Jürgen. Teoria da ação comunicativa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. - A teoria da ação comunicativa pode ser utilizada para entender as dinâmicas sociais envolvidas na implementação do projeto.
18. ALTIERI, Miguel A. Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture. Boulder: Westview Press, 1995. - Este trabalho é fundamental para fundamentar práticas agrícolas sustentáveis que serão implementadas no projeto.
19. ARAÚJO, Edilson Tavares de. (In)consistências da gestão social: um campo em construção. In: SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T. (Eds.). Gestão social e agricultura familiar: a construção e a materialidade de novas formas de administrar. Mossoró: EdUFERSA, 2018. p. 25-60. - A obra discute a gestão social em contextos de agricultura familiar, relevante para o fortalecimento da rede de comercialização.
20. INSTITUTO NACIONAL RESGATANDO VIDAS (INARV). Relatório Anual 2023. Salvador: INARV, 2023. - Relatório que pode fornecer dados sobre as iniciativas do INARV em relação ao desenvolvimento rural.
21. SEBRAE. Agroindústria: Oportunidades e Desafios. Brasília: SEBRAE, 2022. - Este documento oferece insights sobre as oportunidades no setor agroindustrial que podem ser exploradas pelo projeto.
22. EMBRAPA MANDIOCA. Tecnologias para a produção de mandioca. Brasília: EMBRAPA, 2021. - Informações sobre tecnologias específicas para o cultivo e processamento da mandioca.
23. SENAI CIMATEC. Inovação e Sustentabilidade na Agroindústria. Salvador: SENAI CIMATEC, 2023. - Aborda inovações tecnológicas aplicáveis à agroindústria que podem ser relevantes para o projeto.
24. ALVES, R. R. N., & Rosa, I. M. L. (2012). Biodiversity, traditional knowledge and food security. *Ethnobiology and Conservation*.
25. ALTIERI, M. A., & Toledo, V. M. (2011). The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*.

26. ALTIERI, M. A., & Nicholls, C. I. (2020). Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture. *The Journal of Peasant Studies*.
27. CARNEIRO, M. A. (2007). Mandioca e cultura alimentar no Recôncavo Baiano: um estudo socioeconômico. *Revista de Antropologia*.
28. FAO (2023). *The State of Food Security and Nutrition in the World*. Food and Agriculture Organization of the United Nations.
29. GONZALEZ, F., & Andrade, C. (2019). Práticas alimentares e segurança alimentar: a importância das culturas locais. *Cadernos de Saúde Pública*.
30. IBASE (2018). Agricultura familiar e soberania alimentar no Brasil. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
31. MENDES, E. S., & Silva, T. F. (2021). Agroecologia, redes sociais e desenvolvimento territorial em comunidades rurais. *Revista Brasileira de Agroecologia*.
32. NASCIMENTO, P. S., & Lima, J. R. (2015). Saberes populares e sustentabilidade: as casas de farinha no Recôncavo Baiano. *Caderno CRH*.